

Mercado de Trabalho

conjuntura e análise

ANO 26 | Abril de 2020

68

ipea

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

Flávia de Holanda Schmidt

**Diretor de Estudos e Políticas
Macroeconômicas**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Nilo Luiz Saccaro Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação
e Infraestrutura**

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais**

Ivan Tiago Machado Oliveira

**Assessora-chefe de Imprensa
e Comunicação**

Mylena Fiori

Mercado de Trabalho: conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Carlos Henrique Leite Corseuil

Membros

Felipe Mendonça Russo

Lauro Ramos

Sandro Pereira Silva

Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Apoio

Bruna de Souza Azevedo

Carolina Lopes de Carvalho Vital

Gabriela Carolina Rezende Padilha

Máira Albuquerque Penna Franca

Leandro Pereira da Rocha

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

DIMENSÕES ANALÍTICAS DO CONCEITO DE INCLUSÃO PRODUTIVA PARA FINS DE POLÍTICA SOCIAL: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA

Sandro Pereira Silva¹

1 INTRODUÇÃO

Políticas sociais se materializam no fato de que todas as nações, por mais simples que sejam, buscam instituir sob seus domínios territoriais certos mecanismos destinados a proteger e gerar solidariedade entre seus integrantes. À medida que a vida em sociedade se complexifica, esses mecanismos passam a demandar providências mais estruturadas, tomadas por instâncias mais ou menos especializadas e com alguma sofisticação técnica para atingir seus objetivos. Nesse sentido, uma política social pode ser vista tanto como uma atividade-fim, que visa assegurar condições dignas de sobrevivência, quanto como uma atividade-meio, preparando a população para enfrentar os riscos inerentes à vida coletiva, e sua necessidade será tanto maior quanto mais pobres e desiguais forem as sociedades.

Tomando como base o contexto territorial da América Latina, é possível afirmar que sua população convive historicamente com altos índices de pobreza e desigualdade de renda, os quais se manifestam de diferentes modos nos segmentos sociais (gênero, etnia, idade etc.) em cada país. Parte dessa condição é explicada na literatura pela heterogeneidade da estrutura produtiva de suas economias nacionais, marcada por um largo diferencial de produtividade entre setores e empresas em atividade (Infante, 2011; Nogueira, 2019), que, por sua vez, se traduzem em capacidades desiguais entre os habitantes para projetar trajetórias laborais mais protegidas e estáveis.

Para enfrentar esse fluxo de problemas, os governos nacionais vêm desenvolvendo um repertório variado de intervenções sobre suas dinâmicas socioeconômicas, principalmente a partir dos anos finais do século XX, quando a consolidação de regimes democráticos abriu espaço para uma maior expressão das demandas populares por cidadania e melhores condições de vida (Kingdon, 1995).

O Brasil se enquadra nesse processo. Além das políticas de transferência de renda, que permitiram uma expansão considerável da rede de proteção social no país, sejam elas

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail*: <sandro.pereira@ipea.gov.br>.

de natureza contributiva (benefícios previdenciários e pensões), sejam de natureza não contributiva (transferências assistenciais e condicionadas), outros programas surgiram com o intuito de servir como uma espécie de *porta de saída*, isto é, uma transitoriedade para a dependência de benefícios assistenciais, como popularmente tem sido tratada a questão na opinião pública. Trata-se de programas voltados à inclusão produtiva de indivíduos em idade ativa, com o intuito de garantir a autonomia de renda e combater, em articulação com as demais políticas de proteção social, o ciclo geracional da pobreza (Garcia, 2011; Silva, 2011).

Contudo, o termo *inclusão produtiva* ainda carece de uma classificação teórica e político-programática mais rigorosa para que possa de fato ser encarado como um referencial de política pública presente na agenda governamental. Há uma grande variedade em termos de propostas, desenhos normativos e instrumentos operacionais entre os programas que buscam tais objetivos. Uma das hipóteses para essa variedade é a própria multidimensionalidade que caracteriza os problemas sociais que tais ações visam enfrentar, o que exige estratégias diferenciadas e bastante dependentes dos contextos institucionais locais.

Nessa perspectiva, este texto traz os resultados de uma pesquisa bibliométrica realizada em bases de produção científica sobre estudos que abordam o tema *inclusão produtiva* no Brasil. O objetivo foi fazer um enquadramento analítico sobre como o termo tem sido abordado na literatura, averiguando a diversidade de interpretações que ele suscita. O exercício proposto busca apresentar elementos empíricos recentes que podem ser levados como referências evidenciais para a formulação ou o aperfeiçoamento de programas governamentais que tenham como meta a inclusão produtiva e laboral de parcelas da população em situação de vulnerabilidade.

2 A INCLUSÃO PRODUTIVA COMO EIXO DE POLÍTICA SOCIAL

Os países da América Latina têm empreendido, nos últimos anos, diversas estratégias de políticas públicas orientadas à superação da pobreza e, por conseguinte, à redução das desigualdades sociais. Tais ações visam não apenas contribuir para melhorar a renda de indivíduos e famílias participantes, mas também promover – direta ou indiretamente, de acordo com o tipo de programa – o acesso a serviços sociais básicos e fomentar o trabalho decente na região.

Entre as estratégias de intervenção adotadas em cada país, está o campo das políticas públicas de proteção social, que tem por referência a proteção contra riscos associados às condições de incapacidade para o exercício do trabalho e, por conseguinte, à perda da capacidade de gerar renda por meios próprios, seja por motivos físicos (maternidade, acidente, doença, invalidez e velhice), seja por falta de oportunidades (desemprego involuntário ou trabalho precário).

Conforme destacado por Ipea (2010), há várias razões pelas quais a insuficiência de renda se manifesta na sociedade. De acordo com a combinação entre relações de trabalho e tipos de riscos a que estão submetidos, os trabalhadores podem ser afetados por distintas situações cujo resultado será a condição de insuficiência de renda. Esses

riscos, por sua vez, advêm das condições nas quais os trabalhadores vendem ou usam sua força de trabalho (riscos do trabalho) ou, no caso dos trabalhadores não assalariados, das condições nas quais a posse dos instrumentos de trabalho lhes possibilita gerar e se apropriar de valor (riscos de mercado).

Dada essa complexidade de situações, a estruturação de políticas de proteção social exige um amplo esforço de criação interna das capacidades institucionais e de articulação operacional entre as diferentes ações. Em particular, destaca-se recentemente a expansão de políticas tanto de caráter contributivo quanto não contributivo nos países da região, incluídas no rol da seguridade social, entre as quais figuram: os benefícios previdenciários e as pensões sociais; as transferências condicionadas de renda; e os programas de inclusão produtiva (Cepal, 2011; 2019a; 2019b; 2019c). Essas ações, cujo desenho institucional, resultados e impactos variam de acordo com o contexto nacional de execução, podem ser consideradas como uma espécie de “tripé” para um possível sistema integral de proteção social e inclusiva.²

Os *programas de inclusão produtiva*, objeto de interesse deste texto, são dirigidos principalmente a indivíduos em idade de trabalhar, que vivem sob condições de vulnerabilidade, para reforçar suas capacidades de geração autônoma de renda, sem se desconectar das demais políticas de proteção social. Eles oferecem um rol extenso de instrumentos, tais como: formação educacional básica, capacitação técnica e profissionalizante, apoio a microempreendimentos (financiamento e assessoramento técnico), serviços de intermediação laboral ou até mesmo geração direta (via contratação por órgãos públicos) e indireta (via subsídios econômicos a empresas para a contratação de determinados segmentos sociais) de emprego. Em geral, tais programas se concentram na oferta de serviços que visam responder necessidades específicas de grupos sociais que enfrentam barreiras de acesso ao mercado de trabalho, tais como: mulheres, populações rurais e de periferias urbanas, jovens, pessoas com deficiência, imigrantes, entre outros.

O Brasil tem experimentado um avanço bastante significativo de sua rede de proteção social desde a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), sobretudo no tocante à diversificação e expansão da cobertura de suas políticas públicas, que se distribuem em diferentes áreas de atuação, tais como saúde, educação, previdência, assistência social e trabalho. Elas são fruto de uma trajetória longa de lutas e de acúmulos institucionais que permitiram o delineamento dessa estrutura de seguridade ao longo do tempo.³

Para o caso exclusivo do eixo dos programas de inclusão produtiva, o propósito básico de seus desenhos operacionais refere-se à geração de oportunidades de trabalho e renda a jovens e adultos em idade ativa com alguma dificuldade de inserção no mercado de trabalho. A busca por essa inserção ocorre tanto por meio do trabalho assalariado quanto pela geração de negócios autônomos individuais e coletivos, ou seja, enfrentam

2. Conforme exposto por Cepal (2019c), a noção de *proteção social inclusiva* supõe uma adequada combinação articulada entre política social de corte universal, que inclui a provisão de proteção de caráter compensatório, e uma política econômica ativa que permita incorporar distintos grupos da população e gere as capacidades para superar as situações de risco em que elas são vulneráveis, considerando, assim, a garantia de proteção e promoção, direitos e oportunidades.

3. Para um acompanhamento anual sistemático das políticas sociais no Brasil, por eixo de intervenção, uma referência essencial são os *Boletins de política social*: <<http://bit.ly/2W13pn1>>.

os riscos relacionados ao trabalho e ao mercado. Para isso, existe um amplo repertório de intervenções na forma de políticas públicas, como é possível observar a partir da experiência brasileira recente. O quadro 1 apresenta uma síntese geral sobre esse acúmulo de experiências institucionais e programáticas no país ao longo dos últimos anos, de acordo com suas dimensões de apoio. Segundo Silva (2020a), eles abarcam as linhas mestras em direção a um modelo de proteção social inclusiva, com suas distintas características em termos de critérios de elegibilidade, fontes de financiamento, coordenação federativa, constrangimentos institucionais, entre outros fatores.

QUADRO 1

Categorização dos principais programas de inclusão produtiva – Brasil

Dimensão de apoio	Tipo de programas	Programas
Apoio à oferta	Capacitação técnica e profissional	Programas de Qualificação Profissional (FAT); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).
Apoio à oferta e à demanda	Serviços de intermediação	Sistema Nacional de Emprego (Sine/FAT).
Apoio à demanda	Microcrédito	Programa Nacional de Geração de Trabalho e Renda (Proger); Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).
	Mercados institucionais	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Participação de organizações de catadores em programas municipais de coleta seletiva.
	Apoio ao trabalho autônomo (individual e coletivo)	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Programa Microempreendedor Rural (MEI); Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater); Economia Solidária. ¹
	Infraestrutura rural	Programas específicos de eletrificação, estrutura hídrica, agroindustrialização, turismo rural e habitação.

Fonte: Silva (2020a).

Nota: ¹ O termo economia solidária aqui designa, na realidade, um conjunto de programas sob a perspectiva do trabalho associativo e autogestionário. Para mais detalhes, ver Silva (2018a).

A busca da inclusão pelo trabalho parte de um entendimento de que a atividade laboral é o principal motor para a superação da pobreza e um fator decisivo para a redução das desigualdades. Ademais, há toda uma literatura no campo da economia e sociologia do trabalho que destaca sua função central na construção de autonomia, identidade, dignidade pessoal, sociabilidade e previsibilidade na vida dos indivíduos, o que implica ampliação da cidadania e integração socioeconômica. Por isso, alterações repentinas na dinâmica do mercado de trabalho implicam mudanças abruptas na condição de vida dos indivíduos. O Brasil passou por alterações dessa natureza nos últimos anos: primeiramente, houve uma elevação significativa das oportunidades de emprego, com melhora expressiva nos indicadores de emprego entre 2004 e 2014; posteriormente, o país passou por uma forte reversão do quadro, com elevação acelerada do desemprego e da informalidade a partir de 2015, resultante da crise econômica que

levou a uma queda do produto nacional na ordem de 7% entre 2015 e 2016, sem ser precedida de uma recuperação considerável nos anos seguintes (Oliveira e Silva, 2018; Silva, 2018c; Ipea, 2019).

Contudo, uma particularidade dos programas de inclusão produtiva em relação aos benefícios previdenciários e às transferências condicionadas é a dificuldade de definir seu universo de beneficiários. Isso ocorre em razão da diversidade das ações específicas e dos públicos envolvidos, o que faz que cada programa tenha seus critérios de elegibilidade e bancos de dados próprios para o acompanhamento das unidades gestoras. Outra dificuldade, derivada desta primeira, é estimar seus impactos. Diferentemente de uma transferência de renda, na qual o impacto é imediato quanto à capacidade de consumo do beneficiário (Neri, Vaz e Souza, 2013), ações dessa natureza (qualificação profissional, melhoria educacional, assistência técnica, infraestrutura e flexibilização normativa para acesso a mercados) necessitam de tempo para demonstrar resultados, que no médio e longo prazo vão depender de outros fatores, endógenos e exógenos, tais como: estrutura da instituição executora, qualidade do serviço prestado, área geográfica, integração com a dinâmica dos setores produtivos, cenário macroeconômico vigente, entre outros (Gontero e Weller, 2015; Kluve, 2016).

Por isso, estudos de impacto são mais restritos em casos como esses, pois enfrentam desafios de validade interna e externa. As amostras possuem pouca representatividade e seus efeitos de longo prazo são difíceis de medir (McKenzie, 2017). Sua avaliação exige, na maioria das vezes, desenhos experimentais de pesquisa, com a utilização de grupos de controle, o que nem sempre é simples de realizar, além dos cuidados necessários com a generalização dos resultados e a comparação entre os programas. Essas são razões pelas quais os programas de inclusão produtiva não são tão presentes em meios de divulgação científica, em comparação com os demais eixos de política social.

Uma tentativa de revisão de pesquisas realizadas nos últimos anos com esse propósito foi realizada por Cepal (2019c), ao analisar 37 estudos quantitativos com avaliações sobre 22 programas de inclusão produtiva na América Latina entre 1998 e 2014. Foram examinados diversos indicadores de oferta e inserção laboral dos participantes, como a probabilidade de emprego, desemprego e subemprego, as horas trabalhadas e a renda auferida. Pouco mais da metade dos 645 indicadores revisados (58%) apresentou algum grau de significação estatística. Em 73% dos casos significativos (269 indicadores), foi avaliado o impacto na inserção laboral de adultos que participaram desses programas, sendo constatado efeitos positivos para 71% deles (190 indicadores). Os 27% dos indicadores estatisticamente significativos restantes avaliaram a formalização laboral dos participantes, com efeitos positivos em 69% dos casos (setenta indicadores). Ademais, 32 dos 37 estudos revisados desagregaram os efeitos por grupos populacionais específicos, visando observar as heterogeneidades nos resultados para: sexo (dezenove estudos), idade (dezesseis) e território de residência (dezenove, sendo oito em áreas exclusivamente urbanas e dois em áreas rurais).⁴

4. Não houve, entre os estudos revisados, desagregação por raça/cor.

Em termos de métodos, a maioria realizou avaliações quase-experimentais (78%), e as técnicas mais utilizadas foram emparelhamento (*propensity score matching*) e diferenças em diferenças. Os estudos se baseiam em dados de *surveys* próprias (dezenove), registros administrativos (quinze), pesquisas domiciliares contínuas (treze) e censo (um). Em suma, os resultados evidenciam que os efeitos nos indicadores avaliados são majoritariamente positivos, sendo que, para as mulheres, sobressaíram-se os indicadores de oferta e inserção laboral, e para os homens, os de formalização do emprego (Cepal, 2019c).⁵

No intuito de compreender melhor as situações nas quais o termo é evocado e, assim, obter ao menos uma aproximação dos desafios aos quais os programas de inclusão produtiva estão sujeitos e da realidade operacional em que estão inseridos, optou-se, então, por realizar uma busca em bases de produção bibliográfica sobre estudos que abordem essa temática para a realidade brasileira. A seção a seguir traz essa discussão.

3 PANORAMA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE INCLUSÃO PRODUTIVA NO BRASIL

O uso do termo inclusão produtiva como referência de intervenção governamental no campo da proteção social é relativamente recente, e seus contornos conceituais e instrumentais ainda são imprecisos. Um esforço inicial de síntese das experiências recentes para uma melhor estruturação analítica da temática foi realizado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – Cepal (2019a; 2019b; 2019c). No restante da literatura internacional, não há um termo que aglutine de forma mais ampla esses programas. O que se encontra mais comumente são termos como: *active labor market policies* (Grubb e Puymoyen, 2008; Crépon e Berg, 2016; Kluve, 2016), que se refere basicamente a ações associadas ao conceito de sistema público de emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT);⁶ *labor inclusion* (Sainsbury, 2012; Brite, Nunes e Souza, 2015; Wagner, 2018; Rogers, 2018), com foco maior sobre políticas de inclusão de migrantes (especialmente no contexto europeu) e pessoas com deficiência no mercado de trabalho; e *policies for working poor* (McNichol e Springer, 2004; Comunidade Europeia, 2014; Marchal, Marx e Verbist, 2017; OIT, 2019), que englobam um conjunto de programas locais voltados à inclusão de públicos sob distintas situações de vulnerabilidade social. Evidentemente, há sobreposições entre os objetos de análise dessas diferentes terminologias.

Em busca de novas orientações sobre essa questão, realizou-se um levantamento bibliométrico sobre a produção científica que aborda a temática no Brasil em periódicos indexados nos portais de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Scientific Periodicals Eletronic Library (Spell), do Scientific Electronic Library Online (Scielo) e do Ipea.⁷ Foram selecionados somente os artigos que continham o termo *inclusão produtiva* no assunto (título, palavras-chave ou resumo),

5. Para outros trabalhos de revisão internacional sobre avaliações em programas associados à inclusão produtiva e laboral, ver Crépon e Berg (2016) e Kluve (2016).

6. Sobre o conceito de sistema público de emprego da OIT, ver Silva (2020b). Para um acompanhamento recente das políticas do sistema público de emprego no Brasil, ver Silva (2018b).

7. O estudo de caráter bibliométrico baseia-se no mapeamento da produção bibliográfica de uma determinada área ou campo científico, durante um determinado período, para a realização de categorizações e análises particulares, no intuito de identificar perfis e tendências gerais referentes à essa produção (Singleton e Straits, 1999).

em periódicos revisados por pares, independentemente da área de conhecimento.⁸ Estipulou-se uma abrangência temporal de dez anos de produção científica para a busca, compreendendo o período entre 2010 e 2019. No quadro 2, um resumo dos critérios de busca utilizados.

QUADRO 2
Critérios de busca para pesquisa bibliométrica

Critério	Descrição
Elemento de busca	Inclusão produtiva
Tipo de publicação	Periódico indexado, revisado por pares
Inserção da busca	Título; resumo; palavras-chave
Abrangência temporal	De 2010 a 2019

Elaboração do autor.

Foram identificados 61 artigos completos, já descontadas as duplicidades e descartadas outras publicações na forma de ensaios e resenhas, o que resulta em uma média de 6,1 publicações por ano. Em 2018 e 2019, registraram-se as maiores quantidades, com dez publicações cada. Os artigos foram identificados em 44 periódicos diferentes, com destaque para a *Revista de administração pública*, com quatro publicações. Um ponto digno de nota é o caráter multidisciplinar das publicações, com periódicos indexados nas áreas de administração, sociologia, psicologia, economia, ciência política, turismo, antropologia, engenharia, extensão rural, saúde pública, políticas públicas e desenvolvimento, entre outras. Todos os textos identificados são citados nas referências finais.⁹

Para a análise conjunta dos artigos identificados, buscou-se caracterizá-los inicialmente de acordo com as abordagens metodológicas adotadas por seus autores, em duas etapas: *i)* se o artigo se refere a um ensaio teórico ou a uma pesquisa empírica; e *ii)* no caso de pesquisa empírica, se trata de uma abordagem qualitativa ou quantitativa.

Como resultado, verificou-se que todos os textos identificados se referem a pesquisas empíricas, ou seja, nenhum deles parte de uma análise teórico-conceitual em torno do tema inclusão produtiva. Quanto às abordagens metodológicas utilizadas, a maioria deles partiu de análises de natureza qualitativa, 42 (68,8% do total), enquanto dezenove (31,2%) optaram pela abordagem quantitativa.¹⁰ Tal resultado corrobora a observação feita anteriormente sobre as dificuldades de desenhos quantitativos de pesquisa em programas de inclusão produtiva, dadas as suas características específicas. O gráfico 1 demonstra a evolução dessas publicações ao longo do tempo.

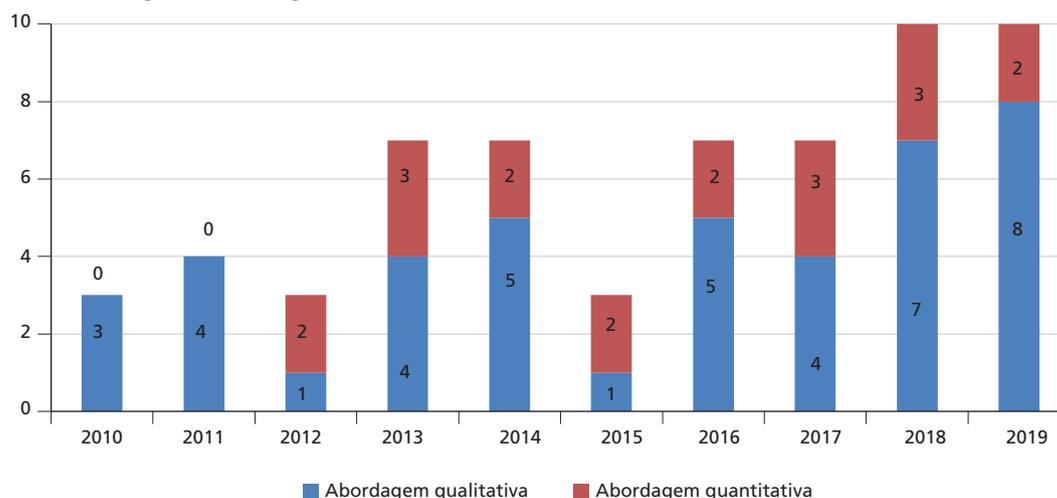
8. Dessa forma, não foram considerados outros conceitos similares, tais como inclusão social, inclusão socioprodutiva, inclusão laboral, entre outros.

9. Optou-se por não expandir a análise para outras formas de divulgação científica, como teses e dissertações, e também anais de congressos, por entender que esses trabalhos geralmente seguem como destino a publicação em periódicos científicos, o que poderia levar a sobreposições e duplas contagens.

10. Algumas pesquisas bibliométricas, ao analisarem as abordagens utilizadas, incluem também uma categoria "mista", entre a qualitativa e a quantitativa. Contudo, decidiu-se classificar cada artigo apenas com essas duas possibilidades, de acordo com a abordagem predominante utilizada pelos autores.

GRÁFICO 1

Evolução da produção bibliográfica identificada com o termo inclusão produtiva, por tipo de abordagem metodológica (2010-2019)



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Elaboração do autor.

Entre os artigos com abordagem qualitativa, os métodos mais utilizados foram estudo de caso e análise institucional,¹¹ com dezessete publicações cada. Outras estratégias metodológicas encontradas foram triangulação de métodos (cinco), análise comparativa (dois) e pesquisa etnográfica (um).

Dos artigos com abordagem quantitativa, o destaque ficou por conta da utilização de estatísticas descritivas, com nove publicações. Essas pesquisas envolveram tabulação de dados secundários, cujas principais bases utilizadas foram as de dados orçamentários do Plano Plurianual (PPA) e dados administrativos de programas específicos, especialmente em estudos de caso. Outros seis textos foram elaborados com pesquisa tipo *survey*, envolvendo aplicação de questionário e tabulação de dados primários. Houve ainda mais cinco artigos que utilizaram distintos métodos de regressões estatísticas (tabela 1). Um detalhe digno de nota é que nenhuma das publicações utilizou técnicas de estatística experimental para avaliação de impactos de programas. Isso não implica dizer que não há pesquisas desse tipo para políticas relacionadas com a temática da inclusão produtiva, mas para detectá-las nas bases seria necessário expandir os termos de busca, e isso não era o interesse, nesse momento, para o propósito do texto.

11. Caracterizaram-se neste texto como "análise institucional" os artigos que analisaram o escopo normativo de políticas públicas específicas em seu caráter mais geral, não se tratando, portanto, de uma realidade empírica específica de formulação ou implementação.

TABELA 1
Estratégias metodológicas e técnicas para coleta de dados

Abordagem	Estratégias metodológicas	Artigos
Qualitativa	Estudo de caso	17
	Análise institucional	17
	Triangulação de métodos	5
	Análise comparativa	2
	Pesquisa etnográfica	1
Quantitativa	Estatística descritiva (Tabulação de dados secundários)	8
	<i>Survey</i> (Tabulação de dados primários)	6
	Regressão logística	3
	Regressão múltipla	1
	Estatística multivariada	1

Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração do autor.

Por fim, no intuito de se obter uma visão mais detalhada da multiplicidade de fatores debatidos, procurou-se classificar os principais objetos de análise nos artigos em um exercício de categorização. Para isso, foi definido um assunto central como categoria temática para cada um deles.¹² A leitura dos textos permitiu sua identificação e agrupamento em doze categorias temáticas, conforme demonstrado na tabela 2, com suas respectivas referências.

Como se poderá notar, a maior parte dos textos teve como assunto principal os temas *desenvolvimento rural e meio ambiente*, com quinze publicações. Tais estudos destacaram diversos aspectos das potencialidades de inclusão produtiva segundo as particularidades do universo rural. Entre eles, constam: *i*) articulação de programas de fomento e assistência técnica rural com outros programas de desenvolvimento e combate à pobreza (Rodrigues, 2016; Cazella *et al.*, 2016; Zambra, Souza e Costa, 2018); *ii*) ações de assistência técnica com foco em indígenas, quilombolas e pescadores artesanais (Carneiro e Santos, 2016; Silva, 2018); *iii*) relevância de programas de compras públicas na segurança alimentar e no fortalecimento de cadeias produtivas agroindustriais (Gonçalves Junior, 2010); *iv*) organização social e retorno financeiro da pesca e aquicultura familiar (Pereira, Freitas e Freitas, 2013; Jerônimo *et al.*, 2016); *v*) cooperativismo, agroecologia e reforma agrária (Demelo e Scopinho, 2018; Sangalli, Schlindwein e Sturza, 2017); *vi*) papel da agricultura familiar na dinamização econômica de territórios rurais (Nunes *et al.*, 2015; Andrade *et al.*, 2019; Petarly *et al.*, 2015); e *vii*) potencial do protagonismo feminino na pecuária familiar (Lopes e Langbecker, 2018).

12. Em alguns textos, foi difícil definir um assunto específico. Nesses casos, o esforço foi para classificá-los no tema em que mais se enquadravam, de acordo com os objetivos desta pesquisa.

TABELA 2
Principais assuntos de pesquisa e suas referências

Categorias	Referências	Total
Desenvolvimento rural e meio ambiente	Cintrão, Santos e Schottz (2014); Carneiro e Santos (2016); Rodrigues (2016); Silva (2018); Gonçalves Junior (2010); Pereira, Freitas e Freitas (2013); Demelo e Scopinho (2018); Nunes <i>et al.</i> (2015); Sangalli, Schlindwein e Sturza (2017); Lopes e Langbecker (2018); Cazella <i>et al.</i> (2016); Jerônimo <i>et al.</i> (2016); Zambra, Souza e Costa (2018); e Andrade <i>et al.</i> (2019).	15
Intersetorialidade	Bichir (2016); Jaccoud, Bichir e Mesquita (2017); Santana e Dourado (2018); Hillesheim e Lasta (2018); Kilduff (2019); Guerra (2012); Petarly <i>et al.</i> (2015); e Cavalcante e Ribeiro (2012).	7
Micro e pequenas empresas	Gussi <i>et al.</i> (2013); Premoli e Cirino (2014); Gonzalez, Righetti e Serio (2014); Aoki e Badalotti (2014); e Vasconcelos, Ferreira e Nobrega (2017).	6
Turismo	Paula e Moesch (2013); Silva, Jesus e Fonseca (2011); Almeida e Silva (2019); Froehlich <i>et al.</i> (2019); e Moraes, Mendonça e Pinheiro (2017).	5
Resíduos sólidos	Santos (2018); Capeletti e Sehnem (2017); Castilhos Junior <i>et al.</i> (2013); Silva (2017); e Pereira e Teixeira (2011).	5
Públicos específicos	Natividade (2010); Panarir-Antunes <i>et al.</i> (2016); Ortácio e Saraiva (2016); Carvalho e Gumbowsky (2019); e Reis (2019).	5
Participação e gestão social	Iizuka, Goncalves-Dias e Aguerre (2011); Vieira <i>et al.</i> (2014); Veiga e Bronzo (2014); e Carlos, Silva e Almeida (2018).	4
Coordenação de políticas públicas	Licio, Mesquita e Currello (2011); Grisa e Niederle (2019); Nagem e Silva (2013); e Borges, Borges e Maturino (2019).	4
Planejamento urbano	Martins e Leite (2013); Terci (2018); e Silveira (2019).	3
Educação profissional	Linhares <i>et al.</i> (2015); Folgado <i>et al.</i> (2014); e Fischer e Waiandt (2012).	3
Arranjos produtivos locais	Marion Filho e Sonaglio (2010); e Lustosa <i>et al.</i> (2018).	2
Desenvolvimento local	Colbari (2013); e Silva (2017).	2

Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração do autor.

A questão da intersectorialidade das políticas de combate à pobreza, sobretudo no tocante à relação entre transferência de renda e inclusão produtiva, também foi um assunto recorrente, com oito publicações. De modo geral, eles tratam dos processos de interação possíveis entre esses dois eixos de intervenção governamental, enfocando eventuais efeitos sinérgicos de complementação ou pontos de desconexão que comprometem a eficiência de tais programas na prática. Os textos trazem reflexões como: *i*) capacidades estatais e instrumentos de políticas públicas construídos para a implementação da agenda de combate à pobreza, considerando o período histórico recente (Bichir, 2016; Jaccoud, Bichir e Mesquita, 2017; Cavalcante e Ribeiro, 2012); *ii*) problematizações sobre a inclusão precarizada de beneficiários do Programa Bolsa Família – PBF (Santana e Dourado, 2018); *iii*) articulação entre as políticas públicas de assistência social e a educação (Hillesheim e Lasta, 2018); *iv*) tensões entre o aparato assistencial e a criminalização da questão social no Brasil (Kilduff, 2019); e *v*) experiências locais de políticas públicas de inclusão produtiva, como no caso de Osasco/SP (Guerra, 2012).

O tema das micro e pequenas empresas, bastante apontado na literatura quanto à sua importância na geração de emprego e renda no Brasil, obteve seis registros, nos quais predominam as abordagens quantitativas de pesquisa. É bastante apontada na literatura a importância desses estabelecimentos na geração de emprego e renda no Brasil. Entre os

artigos identificados, cinco buscaram avaliar experiências específicas de microcrédito no território brasileiro: Gussi *et al.* (2013) avaliaram dois programas geridos pelo Banco do Nordeste do Brasil; Premoli e Cirino (2014) investigaram os determinantes da eficácia operacional das agências do Programa de Microcrédito do estado do Espírito Santo (Programa Nossocrédito); Gonzalez, Righetti e Serio (2014) avaliaram o impacto de um programa de microcrédito do Banco Real; e Rodrigues, Ferreira e Souza (2019) estimaram o impacto de um programa do governo federal sobre a taxa de penetração do microcrédito produtivo orientado em Alagoas. Já Vasconcelos, Ferreira e Nóbrega (2017) verificaram quais os determinantes para que os microempresários informais decidissem não colaborar para a previdência social.

Outro assunto de destaque, que possui uma interface forte com muitas das demais categorias temáticas, é o turismo, com cinco publicações. De fato, dada a vasta extensão territorial e a heterogeneidade histórico-cultural e paisagística do país, o turismo desponta naturalmente como uma frente relevante de geração de renda, tanto no cenário urbano quanto no rural. Dos textos identificados, quatro referem-se a estudos de caso sobre projetos locais de fomento ao turismo de base comunitária (Moraes, Mendonça e Pinheiro, 2017; Froehlich *et al.*, 2019; Almeida e Silva, 2019; Silva, Jesus e Fonseca, 2011). Completa esse grupo um estudo que aborda o turismo como elemento de articulação entre políticas sociais e inclusão produtiva, tendo como base analítica o Plano Nacional de Turismo 2007-2010 (Paula e Moesch, 2013).

A cadeia produtiva da reciclagem também obteve cinco publicações. Quatro destes textos analisam os desafios da gestão de resíduos sólidos com inclusão de catadores de material reciclável em diferentes escalas federativas (Pereira e Teixeira, 2011; Castilhos *et al.*, 2013; Silva, 2017; Santos, 2018), e o último trata de um projeto específico de reutilização de resíduos para a promoção de artesanato em moda e decoração, em parceria com o Centro de Referência e Assistência Social (Cras) da cidade de Águas Frias/SC (Capeletti e Sehnem, 2017).

Também com cinco estudos identificados está o assunto que envolve projetos com públicos específicos. Eles abordaram a temática do empreendedorismo feminino (Natividade, 2010; Panarir-Antunes *et al.*, 2016), da capacitação de jovens (Ortácio e Saraiva, 2016) e da inclusão de pessoas com deficiência (Carvalho e Gumbowsky, 2019; Reis, 2019), ressaltando as particularidades inerentes a cada um dos públicos considerados.

As demais categorias temáticas, conforme mostrado na tabela 2, também abordam sobre questões relevantes para o planejamento de um programa nacional de inclusão produtiva: participação e gestão social, coordenação de políticas públicas, planejamento urbano, educação profissional, arranjos produtivos locais e desenvolvimento local.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme discutido ao longo deste texto, o tema da inclusão produtiva como eixo de política social ainda não se consolidou como um referencial agregador de projetos e ações na agenda governamental. Os programas, em geral, são fragmentados e de operacionalidade difusa, isto é, com distintas características em termos de critérios de elegibilidade, fontes

de financiamento, coordenação federativa, constrangimentos institucionais, entre outros fatores, o que dificulta a realização de avaliações e acompanhamentos mais sistemáticos de seus resultados em nível nacional.

Os resultados da pesquisa bibliométrica aqui apresentados evidenciam o alargamento semântico com o qual o tema vem sendo abordado em diferentes ramos do conhecimento, ainda sem um maior rigor conceitual, o que suscita uma grande variedade de enquadramentos temáticos e uma diversidade de possibilidades de análise, dada a multidimensionalidade que o tema abrange. Verificou-se a predominância da adoção de abordagens qualitativas, com um perfil metodológico bastante variado e a coexistência de múltiplos instrumentos. Por sua vez, os registros de estudos com abordagem quantitativa também utilizaram técnicas diversas, com a adoção de dados primários e secundários.

Embora a quantidade de estudos identificados não permita uma categorização mais consistente sobre linhas gerais de cada um desses assuntos para serem tomadas como parâmetro para um programa nacional, a diversidade temática encontrada demonstra o quão complexo é o tema da inclusão produtiva, o que demanda a estruturação de um repertório variado de instrumentos e capacidades de intervenção para o caso de torná-lo, de fato, um referencial relevante na agenda governamental.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. R. B.; SILVA, R. F. C. A base comunitária, os conflitos e o turismo na comunidade de Forte Velho, Santa Rita (PB). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 19, n. 1, 2019.
- ANDRADE, A. X. *et al.* Políticas públicas e agricultura familiar: um estudo de caso no território rural São Mateus em Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 46, 2019.
- AOKI, V. C.; BADALOTTI, R. M. Dificuldades e perspectivas no acesso de micro e pequenas empresas a linhas de crédito públicas: o caso de Chapecó. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 5, 2014.
- BICHIR, R. Novas agendas, novos desafios: reflexões sobre as relações entre transferência de renda e assistência social no Brasil. **Revista Novos Estudos**, v. 10435, n. 1, p. 111-136, 2016.
- BORGES, A. V.; BORGES, C. H.; MATURINO, N. E. Efetividade da política pública de assistência técnica e inclusão socioprodutiva na Bahia. **Revista Bahia Análise e Dados**, v. 29, n.1, 2019.
- BRITE, R.; NUNES, F.; SOUZA, D. Labor inclusion of individuals with disabilities. **Work**, v. 50, n. 4, 2015.
- CAPELETTI, S. D. S. K.; SEHNEM, S. A gestão dos resíduos sólidos na arte da moda como diferencial competitivo. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 6, n. 1, p. 89-113, 2017.
- CARLOS, E.; SILVA, R.; ALMEIDA, C. Participação e política pública: efetividade dos conselhos de assistência social na gestão da política. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 67, p. 67-90, set. 2018.
- CARNEIRO, C.; SANTOS, C. N. A importância do programa de fomento às atividades produtivas rurais para a inclusão produtiva de povos e comunidades tradicionais. **Revista Baru**, v. 2, n. 2, p. 164-175, jul./dez. 2016.

- CARVALHO, M. A.; GUMBOWSKY, A. Políticas públicas e desenvolvimento regional: a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. **Revista Baru**, v. 5, n. 1, p. 114-134, jan./jun. 2019.
- CASTILHOS JUNIOR, A. B. *et al.* Catadores de materiais recicláveis: análise das condições de trabalho e infraestrutura operacional no Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 11, p. 3115-3124, 2013.
- CAVALCANTE, P.; RIBEIRO, B. B. O Sistema Único de Assistência Social: resultados da implementação da política nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 6, p. 1459-1477, 2012.
- CAZELLA, A. *et al.* Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Revista Política & Sociedade**, v. 15, 2016.
- CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. **Protección social inclusiva en América Latina**. Santiago/Chile: Cepal, 2011.
- _____. **Programas sociales, superación de la pobreza e inclusión laboral**. Santiago/Chile: Cepal, 2019a.
- _____. **Protección social universal en América Latina y el Caribe**. Santiago/Chile: Cepal, 2019b.
- _____. **Institucionalidad social en América Latina y el Caribe**. Santiago/Chile: Cepal, 2019c.
- CINTRÃO, R. P.; SANTOS, R. M.; SCHOTTZ, V. Convergências entre a Política Nacional de SAN e a construção de normas sanitárias para produtos da agricultura familiar. **Vigilância Sanitária em Debate**, v. 2, n. 4, 2014.
- COLBARI, A. Estratégias institucionais e construções discursivas no campo do desenvolvimento local. **Revista Política & Sociedade**, v. 12, n. 25, 2013.
- COMUNIDADE EUROPEIA. **The working poor in Europe**. Bruxelles: Report of the Social Protection Committee, 2014.
- CRÉPON, B.; BERG, G. J. Active labor market policies. **Annual Review of Economics**, v. 8, p. 521-546, 2016.
- DEMELO, T. G.; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, 2018.
- FISCHER, T.; WAIANDT, C. A educação profissional e os desafios do desenvolvimento brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 9, n. 16, abr. 2012.
- FOLGADO, R. *et al.* Interdisciplinaridade, interculturalidade e intersetorialidade: princípios e aplicação no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). **Revista Holos**, 2014, v. 430, n. 304, 2014.
- FROEHLICH, J. M. *et al.* Do Neted à incubação: trajetória das ações de extensão universitária no âmbito da abordagem territorial do desenvolvimento. **Revista Conexão UEPG**, v. 15, n. 2, 2019.
- GARCIA, R. C. Efetivação de direitos, novas institucionalidades e exigências de coordenação: o caso da inclusão produtiva. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Brasília, n. 1, 2011.

- GONÇALVES JUNIOR, O. Práticas de mercado e reestruturação de laços sociais: uma combinação possível? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 15, n. 57, 2010.
- GONTERO, S.; WELLER, J. ¿Estudias o trabajas? El largo camino hacia la independencia económica de los jóvenes de América Latina. Santiago/Chile: Cepal, 2015. (Série Macroeconomía del Desarrollo, n. 169).
- GONZALEZ, L.; RIGHETTI, C.; SERIO, L. C. Microcrédito e impacto sobre a geração de renda. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 18, n. 3, 2014.
- GRISA, C.; NIEDERLE, P. Transferência, convergência e tradução de políticas públicas: a experiência da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 62, n. 2, 2019.
- GRUBB, D.; PUYMOYEN, A. **Long time series for public expenditure on labour market programmes**. Paris: OECD, 2008. (Working Paper, n. 73).
- GUERRA, A. L. Será possível articular programas de transferência de renda com políticas de inclusão produtiva? **Pensamento & Realidade**, v. 27, n. 1, 2012.
- GUSSI, A. F. *et al.* Avaliação de Programas de Microcrédito do Banco do Nordeste. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n. 6, 2013.
- HILLESHEIM, B.; LASTA, L. L. A política de assistência social e a educacionalização do social. **Revista Polis e Psique**, v. 8, n. 3, 2018.
- IIZUKA, E. S.; GONCALVES-DIAS, S. L.; AGUERRE, P. Gestão social e cidadania deliberativa: a experiência de Ilha Comprida-SP. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, 2011.
- INFANTE, R. **América Latina en el Umbral del Desarrollo: un ejercicio de convergencia productiva**. Santiago/Chile: Cepal, 2011. (Documento de Trabajo, n. 14).
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Perspectivas da política social no Brasil**. Brasília: Ipea, 2010.
- _____. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: Ipea, 2019. v. 26.
- JACCOUD, L.; BICHIR, R.; MESQUITA, A. O Suas na proteção social brasileira: transformações recentes e perspectivas. **Revista Novos Estudos**, v. 36, n. 2, p. 37-53, 2017.
- JERÔNIMO, M. K. *et al.* Perspectivas de viabilidade econômica e ambiental: integração entre a piscicultura e fruticultura irrigada em São João do Piauí (PI). **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 11, n. 5, 2016.
- KILDUFF, F. Tensões da política social brasileira: entre o aparato assistencial e a criminalização da questão social no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 22, n. 3, 2019.
- KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives and public policies**. United States of America: Addison-Wesley Longman. 1995.
- KLUVE, J. **A review of the effectiveness of active labour market programmes with a focus on Latin America and the Caribbean**. Genebra/, Suíça: OIT, 2016. (Research Department Working Paper, n. 9).
- LICIO, E. C.; MESQUITA, C. S.; CURRALERO, C. R. Desafios para a coordenação intergovernamental do Programa Bolsa Família. **RAE**, v. 51, n. 5, p. 458-470, 2011.

- LINHARES, S. B. *et al.* Não se deve dar o peixe, deve-se ensinar a pescar: as vias de acesso ao mundo do trabalho sob a ótica dos profissionais do Acesso Trabalho do município de Sobral-Ceará. **Revista Emancipação**, v. 15, n. 1, 2015.
- LOPES, M. J.; LANGBECKER, T. B. Inclusão produtiva, pecuária familiar e situação das mulheres rurais do Programa Brasil sem Miséria em um município do RS. **Revista Redes**, v. 23, n. 1, jan./abr. 2018.
- LUSTOSA, J. *et al.* Arranjos produtivos locais como política de inclusão produtiva no Nordeste brasileiro. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 39, n. 134, 2018.
- MARCHAL, S.; MARX, I.; VERBIST, G. **Income support policies for the working poor**. Bonn, Alemanha: IZA, 2017. (Discussion Paper Series, n. 10665).
- MARION FILHO, P. J.; SONAGLIO, C. M. Inovações tecnológicas na indústria de móveis: uma avaliação a partir da concentração produtiva de Bento Gonçalves (RS). **Revista Brasileira de Inovação**, v. 9, n. 1, p. 93-118, jan./jun. 2010.
- MARTINS, L. T.; LEITE, N. P. Urbanização, *accountability* e inclusão social em perspectiva comparada: Brasil x China. **Future Studies Research Journal**, v. 5, n. 1, p. 63-95, 2013.
- McKENZIE, D. **How effective are active labor market policies in developing countries?** Washington, D.C.: Banco Mundial World Bank Group, 2017. (Policy Research Working Paper, n. 8011).
- McNICHOL, L.; SPRINGER, J. **State policies to assist working-poor families**. Washington, D.C.: Center on Budget and Policy Priorities, 2004.
- MORAES, E. A.; MENDONÇA, T. C.; PINHEIRO, C. V. Trilhando o turismo de base comunitária em MG. **Revista de Cultura e Turismo**, v. 11, n. 1, fev. 2017.
- NAGEM, F. A.; SILVA, S. P. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 159-177, 2013.
- NATIVIDADE, D. R. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. *In*: ZOUAIN, D. M.; BARONE, F. M.; NATIVIDADE, D. R. Small business através do panorâmico, **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 1, 2010.
- NERI, M.; VAZ, F. M.; SOUZA, P. H. F. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família. *In*: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.
- NOGUEIRA, M. O. **Um pirilampo no porão: um pouco de luz nos dilemas da produtividade das pequenas empresas e da informalidade no Brasil**. Brasília: Ipea, 2019.
- NUNES, E. M. *et al.* Dinamização econômica e agricultura familiar: limites e desafios do apoio a Projetos de Infraestrutura (Proinf) em territórios rurais do Nordeste. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 3, 2015.
- OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. The working poor or how a job is no guarantee of decent living conditions. Genève, Switzerland: ILOSTAT, 2019, n. 6. Disponível em: <<http://bit.ly/2W6xSQu>>.
- OLIVEIRA, T.; SILVA, S. P. Regulação e dinâmica do mercado de trabalho. *In*: CARDOSO JUNIOR, J. C. (Org.). **A Constituição golpeada**. São Paulo: FPA, 2018.

- ORTÁCIO, D.; SARAIVA, K. Projeto Pescar como estratégia educacional de inclusão produtiva. **Pedagogía y Saberes**, v. 45, n. 1, p. 31-40, 2016.
- PANARIR-ANTUNES, R. *et al.* Análise do Programa Mulheres Mil no IFPR, Campus Paranaíba: a transformação social de mulheres em busca da igualdade de gênero **Revista Holos**, v. 321, n. 1, p. 153-160, 2016.
- PAULA, A. T.; MOESCH, M. M. Pela transversalidade da questão social nas políticas públicas setoriais: um ensaio sobre as políticas públicas de turismo. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 13, n. 2, 2013.
- PEREIRA, E. A.; FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F. O papel da Coopeixe no desenvolvimento do território da pesca e aquicultura do Médio São Francisco, Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 24, set./dez.2013.
- PEREIRA, M. C.; TEIXEIRA, M. A. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local a nacional. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 895-913, 2011.
- PETARLY, R. R. *et al.* As possibilidades e desafios do território rural do Médio Araguaia para a inclusão produtiva. **Revista Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 6, n. 3, 2015.
- PREMOLI, M. V.; CIRINO, J. F. Avaliação de processo em políticas e programas públicos: o caso do Programa de Microcrédito Nossocrédito – ES. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 42, 2014.
- REIS, M. C. A prática participativa do Fórum Pró-trabalho: promoção da lei de cotas e da inclusão produtiva das pessoas com deficiência. **Revista Relações Sociais**, v. 2, n. 1, p. 51-61, 2019.
- RODRIGUES, L. N. Plano Brasil sem Miséria: a inclusão produtiva rural para pescadores do sertão do São Francisco. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 1, n. 2, 2016.
- ROGERS, R. **Guests come to stay: the effects of european labor inclusion on sending and receiving countries**. New York: Routledge, 2018.
- SAINSBURY, D. **Welfare states and immigrant rights: the politics of inclusion and exclusion**. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2012.
- SANGALLI, A. R.; SCHLINDWEIN, M. M.; STURZA, J. A. Ações de pesquisa e extensão como perspectiva de mudança da paisagem no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados/MS. **RAEGA**, v. 39, 2017.
- SANTANA, L. K.; DOURADO, D. C. A criação dos programas de transferência de renda e a precarização do trabalho no século XXI: a emancipação dos beneficiários do Programa Bolsa Família é possível? **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 3, n. 12, 2018.
- SANTOS, T. F. Reflexões sobre as políticas públicas voltadas aos (às) catadores (as) de materiais recicláveis no estado da Paraíba. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 3, n. 1, p. 206-229, 2018.
- SILVA, A. R. Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção. **Revista Política & Trabalho**, n. 48, 2018.
- SILVA, J. P.; JESUS, P.; FONSECA, J. M. Turismo, economia solidária e inclusão social em Porto de Galinhas, PE. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 11, n. 3, p. 325-340, dez. 2011.

SILVA, M. C. Notas etnográficas sobre o empreendedorismo em favelas cariocas. **Revista Etnográfica**, v. 21, n. 3, 2017.

SILVA, S. P. A economia solidária na estratégia de erradicação da pobreza extrema no Brasil. **Boletim Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, Brasília, v. 47, 2011.

_____. Reciclagem e economia solidária: análise das dimensões estruturais dos empreendimentos coletivos de catadores no Brasil. **Política & Trabalho** – Revista de Ciências Sociais, n. 46, 2017.

_____. **A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018)**: inserção, expansão e crise de paradigma. Brasília: Ipea, 2018a. (Texto para Discussão, n. 2434).

_____. **Arranjos institucionais de financiamento das políticas públicas de trabalho e renda no Brasil**: uma análise a partir da trajetória do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Brasília: Ipea, 2018b. (Texto para Discussão, n. 2437).

_____. O panorama laboral brasileiro no contexto recente da economia latino-americana. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, Brasília, v. 64, 2018c.

_____. **A inclusão produtiva como eixo de política pública de proteção social**: contexto latino-americano e questões para a realidade brasileira. Brasília: Ipea, 2020a. (Texto para Discussão). No prelo.

_____. **O paradigma de sistema público de emprego da OIT e sua construção histórica no Brasil**. Brasília: Ipea, 2020b. (Texto para Discussão). No prelo.

SILVEIRA, D. C. O planejamento de quatro áreas do Programa Vila Viva na cidade de Belo Horizonte, Brasil: uma análise documental. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 3, 2019.

SINGLETON, R. A.; STRAITS, B. C. **Approaches to social research**. New York: Oxford University Press, 1999.

TERCI, E. T. Processos urbanos e gestão local: os casos de Ribeirão Preto e Piracicaba entre o empresariamento urbano e o estatuto da cidade. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 3, 2018.

VASCONCELOS, K. S.; FERREIRA, M. O.; NOBREGA, C. B. Microempresario informal: determinantes da evasão fiscal na previdência social. **Acta Scientiarum**, v. 39, n. 1, p. 19-31, 2017.

VEIGA, L.; BRONZO, C. Estratégias intersetoriais de gestão municipal de serviços de proteção social: a experiência de Belo Horizonte. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 3, May/ Jun. 2014.

VIEIRA, N. D. S. *et al.* Coopacto: caminhos para um recomeço. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 2, p. 101-108, 2014.

WAGNER, L. Migration and inclusion in rural regions. *In*: PFALLER-ROTT, M.; GÓMEZ-HERNÁNDEZ, E.; SOUNDARI, H. (Eds.). **Soziale Vielfalt**. Wiesbaden: Springer VS, Wiesbaden, 2018.

ZAMBRA, E.; SOUZA, P.; COSTA, S. O capital social e suas implicações na política de assistência técnica e extensão rural em Mato Grosso. **Revista Hólos**, v. 34, n. 1, 2018.

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

